

O PENSAMENTO DE GRAMSCI E A ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Pedro Paulo Baruffi¹

Resumo: O presente artigo tem como principal foco entender e refletir como os trabalhos científicos em torno das políticas educacionais tem se relacionado com o pensamento de Gramsci. Para isso levantou artigos na plataforma Scielo que estivessem relacionadas as políticas educacionais e Gramsci. A partir das leituras e das análises nas produções científicas à luz da teoria gramsciana é possível compreender como as classes dominantes utilizam a educação como instrumento de reprodução da ordem social, influenciando a definição de políticas educacionais e ampliando cada vez mais o avanço do neoliberalismo na educação.

Palavras-chave: Gramsci. Hegemonia. Políticas Educacionais.

1. INTRODUÇÃO

Antonio Gramsci, um pensador marxista italiano, deixou um legado profundo sobre como compreender as relações entre cultura, poder e educação. Sua teoria do "hegemonia cultural" fornece uma estrutura valiosa para analisar as políticas educacionais modernas e sua capacidade de moldar consciências de maneira que perpetue o status quo ou fomente a transformação social

Gramsci concebia a educação como um campo de luta ideológica onde a classe dominante tenta impor seus valores e crenças como universais, naturalizando uma ordem social que beneficia seus interesses econômicos e políticos. As escolas, segundo ele, são instituições cruciais nesse processo, pois servem como instrumentos de reprodução da hegemonia ao transmitir e reforçar a ideologia dominante (Nosella, 2010).

Em contrapartida, Gramsci também vislumbrou a educação como um meio de resistência e emancipação. Ele argumentava que uma educação crítica poderia desenvolver a consciência de classe e equipar os indivíduos com as ferramentas intelectuais necessárias para questionar e contrariar as forças hegemônicas. Portanto, a pedagogia pode ser um terreno de "guerra de posição", onde pequenas batalhas são travadas para alterar a consciência coletiva e, eventualmente, a estrutura social (Nosella, 2010).

¹ Professor na rede estadual de Santa Catarina. Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Rua Moacir Sampaio, 929, Berger, Caçador – SC. (49) 99928-1056. E-mail: baruffipedro@gmail.com. Eixo Temático I: Educação, Cultura e Políticas Educacionais. Expositor do trabalho: Pedro Paulo Baruffi.

Neste cenário, a análise das políticas educacionais sob a perspectiva de Gramsci torna-se cada vez mais crucial na conjuntura histórica atual. É fundamental reconhecer que, no século XXI, os processos hegemônicos estão cada vez mais presentes nas relações sociais (Flach, 2020). O presente trabalho tem como principal objetivo entender e refletir como os trabalhos científicos em torno das políticas educacionais tem se relacionado com o pensamento de Gramsci.

Para organizar o trabalho, foi utilizada a plataforma Scielo com os descritores "Gramsci", "Educação" e "políticas". Inicialmente, realizou-se uma verificação preliminar para determinar se todos os artigos estavam alinhados aos objetivos da pesquisa. Não se aplicaram filtros de tempo ou idioma. Dos 12 artigos inicialmente identificados, dois foram excluídos devido à duplicidade e por tratarem de políticas de saúde, e outros três foram descartados por serem estudos de revisão, que não se alinhavam ao foco proposto pelo texto. Os artigos selecionados e que serão analisados para compor a discussão crítica segue no quadro 01 abaixo.

Quadro 1 – Artigos selecionados para a análise crítica.

Título do trabalho	Autores	Ano de publicação	Foco de análise do trabalho
A Constituição do estado na modernidade e as políticas educacionais de inclusão na Pan-Amazônia: Brasil, Colômbia e Peru	Maria Almerinda de Souza Matos; Maria Francisca Nunes de Souza	2023	Constituição do Estado Moderno e a inter-relação com as políticas educacionais na América Latina, no caso Brasil, Colômbia e Peru.
“Educação Já!” e a governança federativa: a nova investida do movimento Todos Pela Educação na definição do Sistema Nacional de Educação	Gilda Cardoso de Araujo; Rosenery Pimentel do Nascimento	2020	Programa “Educação Já!”
EL TRABAJO DOCENTE DURANTE LA DICTADURA CÍVICO-MILITAR EN CHILE (1973-1990): UNA MIRADA DESDE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONALES	Felipe Andres Zurita Garrido	2020	Política Pública Educacional referente ao trabalho docente construída pela Ditadura Cívico-Militar no Chile (1973-1990)
Implications of concomitance in technical education financed by Pronatec in the Mato Grosso do Sul	Arão Davi Oliveira;	2019	Redes Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica.

state education network (2012-2015)	Valdivina Alves Ferreira; Celeida Maria Costa de Souza e Silva		
A perspectiva de Michael Apple para os estudos das políticas educacionais	Luís Armando Gandin; Iana Gomes de Lima	2016	Contribuições de Michael Apple para o campo da pesquisa em políticas educacionais
A escola de tempo integral: desafios e possibilidades	Adriana de Castro; Roseli Esquerdo Lopes	2011	Escola em Tempo Integral
Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo	Vânia Cardoso da Motta	2008	Políticas de desenvolvimento do milênio (PDMs).

Fonte: Elaborado pelo Autor, (2024).

2. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS ANALISADAS A LUZ DO PENSAMENTO DE GRAMSCI

Garrido (2020) apresenta os resultados de uma pesquisa de doutorado que analisou a Política Pública Educacional referente ao trabalho docente durante a Ditadura Cívico-Militar no Chile, no período de 1973 a 1990. A pesquisa destaca a importância dada pelo regime aos professores por meio de normas legais e ações repressivas.

O autor utiliza o pensamento de Gramsci, especificamente suas conceituações sobre Política e Hegemonia, para analisar as políticas públicas educacionais durante a Ditadura Cívico-Militar no Chile. Gramsci enfatiza a importância da hegemonia, ou seja, da dominação cultural de uma classe sobre as demais, como um instrumento fundamental de controle social. Nesse sentido, Garrido (2020) examina como o regime ditatorial buscou estabelecer sua hegemonia no campo educacional, influenciando o trabalho docente e o sistema educativo como um todo. Através dessa lente teórica, é possível compreender melhor as estratégias e práticas adotadas pelo regime para moldar a educação de acordo com seus interesses e ideologias.

Garrido entende a partir de Gramsci (1980, 2013) que política é entendida como o espaço de definição da distribuição de poder entre os diferentes grupos humanos, baseada

em um amplo e complexo processo de confronto situado no contexto das relações sociais historicamente determinadas. Já o conceito de Hegemonia o autor entende que são esforços despendidos por diferentes grupos organizados na busca pela direção intelectual e moral da população, por meio do trabalho de diferentes intelectuais.

Garrido (2020) analisa as políticas educacionais implementadas durante a ditadura chilena, destacando seus efeitos devastadores sobre os professores. Segundo o autor, essas políticas levaram a um processo complexo de destruição de direitos e proteções que haviam sido conquistados pelo professorado após décadas de lutas e organização. Entre as consequências estão a desvalorização do trabalho docente, a submissão deste ao mercado e a erosão de seu papel político e cultural na sociedade chilena. Além disso, essas políticas serviram como uma ferramenta política eficiente para reconfigurar a relação de poder entre o Estado e os professores. O Estado conseguiu impor uma grande influência e controle sobre os docentes, removendo quaisquer contrapesos que pudessem garantir uma relação equilibrada entre as partes.

Em sua análise, Garrido (2020), através das perspectivas teóricas de Gramsci (1980, 2013), argumenta que a ditadura chilena redefiniu o papel dos docentes no país por meio de suas políticas educacionais. Através de uma complexa interação de forças e influências variadas, o regime transformou o ensino e a função dos professores, empregando um controle político rigoroso e violento. Esse processo foi parte de uma estratégia maior para moldar a sociedade de acordo com os interesses e a ideologia da ditadura.

Matos e Souza (2023) utilizam da epistemologia histórico-cultural de Gramsci para a compreensão da relação entre o Estado Moderno e as políticas educacionais na Pan-Amazônia, pois oferece uma abordagem que considera a totalidade das relações sociais, políticas, econômicas e culturais envolvidas. Gramsci enfatiza a importância de analisar o processo histórico e cultural de forma integrada, levando em conta as relações de poder, as lutas de classes e a hegemonia.

Nesse contexto, a epistemologia de Gramsci permite examinar como o Estado Moderno, influenciado por interesses políticos e econômicos, molda as políticas educacionais na região da Pan-Amazônia. Ela ajuda a compreender como a educação é utilizada como um instrumento de preservação de determinados grupos em detrimento de outros, refletindo relações de hegemonia e dominação (Gramsci, 1978).

Ao adotar a perspectiva de Gramsci, Matos e Souza (2023) analisam criticamente as políticas educacionais implementadas pelos Estados na Pan-Amazônia, considerando não apenas os aspectos formais, mas também as ideologias subjacentes, as relações de classe e as estratégias de controle e dominação presentes nesse contexto. Assim, a epistemologia histórico-cultural de Gramsci oferece uma base teórica sólida para compreender a complexa interação entre o Estado, a educação e as dinâmicas sociais na região da Pan-Amazônia.

Matos e Souza (2023) analisam a relação dos organismos internacionais e a hegemonia como um processo fundamental para a dominação do discurso hegemônico das burguesias locais. Ressalta que a hegemonia exercida pelos organismos internacionais e pelo Estado moderno é essencial para a organização da sociedade e a reprodução de práticas alienadoras. Essa relação de controle utiliza a educação como um espaço formativo e de transformação social, visando à produção do consenso e à manutenção da funcionalidade da sociedade conforme os interesses do bloco hegemônico. Essa relação de hegemonia é essencial para a manutenção do status quo e a perpetuação das estruturas de poder dominantes, tanto em nível nacional quanto internacional.

Matos e Souza (2023) também apresentam a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva de Educação Inclusiva e tecem uma análise extremamente importante como essa política reflete as relações de poder e dominação presentes no sistema educacional. Eles examinam como a implementação dessa política é influenciada por interesses políticos, econômicos e sociais, e como ela serve tanto para reproduzir quanto para desafiar as estruturas de hegemonia existentes. Para Matos e Souza (2023) as políticas educacionais elaboradas pelas classes dominantes acionam o plano estratégico de um bloco hegemônico e seu modo de produção desenvolvimentista monopolista e financeira para viver em sociedade controlada.

Araújo e Nascimento (2020) analisam em seu trabalho o programa "Educação Já!" lançado em 2018 como um instrumento de incidência do movimento Todos Pela Educação na definição e articulação de políticas essenciais para o Sistema Nacional de Educação no Brasil. Araújo e Nascimento (2020) utilizam o conceito de Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) de Antonio Gramsci (2000) como aporte conceitual em sua análise.

Ao aplicar o conceito de APH, as autoras buscam compreender como o movimento Todos Pela Educação, por meio do programa "Educação Já!", está articulando e promovendo mudanças no sistema educacional brasileiro. A análise considera que esses aparelhos de

hegemonia estão sendo utilizados para legitimar posições de poder e influenciar a definição do Sistema Nacional de Educação no Brasil.

Araújo e Nascimento (2020) analisam como o movimento Todos Pela Educação emprega estratégias de legitimação e consenso para avançar suas propostas e moldar as políticas educacionais no Brasil. Segundo as autoras, esse movimento atua como uma rede de influência do capital, integrando ações de um grupo seletivo de empresas dominantes no mercado financeiro. Elas argumentam que o programa "Educação Já!" ilustra a tentativa dos empresários de promover um modelo de sociedade com orientação neoliberal. Neste contexto, Gramsci (2001) aponta que os empresários estão continuamente empenhados em coordenar suas estruturas e recursos numa tentativa de ampliar sua influência e consolidar sua classe.

O artigo de Oliveira, Ferreira e Silva (2020) analisa as implicações da concomitância na educação profissional dos cursos financiados pelo Pronatec na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (REE/MS) no período de 2012 a 2015. Eles discutem como o Pronatec prioriza cursos concomitantes e subsequentes ao ensino médio na REE/MS, resultando em altos índices de evasão e reprovação durante o período estudado. Além disso, o estudo utiliza conceitos como o "Estado" de Gramsci e a "acumulação flexível do capital" de Harvey para embasar a análise das políticas educacionais implementadas pelo Pronatec.

O artigo apresenta que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) estimula um tipo de escola e qualificação que difere da ideia de qualificação integral de Gramsci (1991). Enquanto Gramsci defendia uma qualificação integral que contextualizasse a realidade do aluno com os conteúdos do currículo escolar formal, o Pronatec, por meio de suas parcerias colaborativas, promove uma abordagem distante desse conceito. Isso sugere uma discrepância entre a visão de Gramsci sobre educação e a abordagem adotada pelo Pronatec em relação à educação profissional.

Oliveira, Ferreira e Silva (2020) também reforçam que a implementação do Pronatec reflete uma política de indução à educação profissional típica de estados capitalistas, com influência da hegemonia da classe dominante nas políticas públicas. A valorização dos professores e a concessão de bolsas de estudo aos alunos não foram eficazes em melhorar os índices de aprovação nos cursos do Pronatec, sugerindo uma forte influência da concomitância nas altas taxas de reprovação.

Castro e Lopes (2011) discutem, de forma geral, a implementação das escolas de tempo integral em São Paulo, abordando os desafios e possibilidades dessa iniciativa. Eles analisam questões como a organização do tempo e do espaço escolar, o protagonismo dos alunos, o diálogo entre a escola e outros órgãos municipais e estaduais, a formação docente, a articulação com as famílias, entre outros aspectos. Além disso, o artigo também reflete sobre a concepção de boa educação dos diferentes atores envolvidos no processo educacional e a importância da escola de tempo integral para a emancipação plena dos alunos.

O artigo de Castro e Lopes (2011) faz referência a Gramsci (2004), destacando a importância dos intelectuais e do princípio educativo na formação dos sujeitos. Além disso, o texto discute a influência das concepções filosóficas de "qualidade educacional" e "educação integral" na proposta das Escolas de Tempo Integral, o que remete à abordagem gramsciana sobre a educação como instrumento de transformação social e emancipação humana.

Castro e Lopes (2011) discutem a necessidade de elaborar um programa escolar que integre tanto o trabalho baseado na necessidade quanto o trabalho do reino da liberdade, visando à plena humanização dos sujeitos. Além disso, os autores destacam a relevância de uma educação que vá além do aspecto formal e contemple a ampliação das experiências dos alunos, o que está alinhado com a visão gramsciana de educação como instrumento de transformação social e emancipação (Gramsci, 2004).

O artigo de Motta (2008) analisa as alterações operadas nas abordagens de políticas públicas para os países de 'capitalismo dependente' na virada do século, conduzidas pelos principais organismos multilaterais e materializadas nas 'políticas de desenvolvimento do milênio'. Ele identifica a introdução de novas bases ideológicas fundamentadas na 'teoria do capital social' de Robert Putnam. Além disso, o artigo aborda como esse processo de ajuste desencadeia uma nova etapa de rejuvenescimento da ideologia do capital humano, ampliando as atribuições da escola e restringindo a dimensão política da ação pedagógica.

Motta (2008) se baseia na perspectiva gramsciana para compreender como as políticas de desenvolvimento do milênio funcionam como mecanismos de direção intelectual e moral, com ações concretas focadas nas camadas de trabalhadores 'excluídos' do processo produtivo, visando educar para o conformismo. Além disso, a autora também faz referência à categoria de sociedade civil em Gramsci, destacando seu papel na promoção de interesses, na politização de ações e consciências, e na construção de projetos globais de sociedade.

A autora ressalta que os intelectuais orgânicos do capital operam mecanismos de despolitização e conformação, indo além de educar para a sobrevivência, para educar para o conformismo. Eles contribuem para a ampliação do caráter economicista e produtivista da educação, inserindo elementos da ideologia do capital social. Assim, os intelectuais orgânicos desempenham um papel fundamental na disseminação e consolidação dessas ideologias no contexto contemporâneo (Motta, 2008).

A autora relaciona as políticas de desenvolvimento do milênio com as concepções de Gramsci sobre hegemonia, sociedade civil, e a função educadora do Estado, evidenciando como essas políticas influenciam a conformação social e educacional na contemporaneidade (Gramsci, 1999). Ela afirma que as políticas de desenvolvimento do milênio encobrem o caráter contraditório do movimento do capital e procuram naturalizar o contexto político-econômico atual, promovendo a ideia de que não há outra saída senão reunir esforços para sobreviver (Motta, 2008)

Gandin e Lima (2016) analisa as contribuições de Michael Apple para os estudos das políticas educacionais, o texto explora a abordagem epistemológica da análise relacional de Apple, sua visão do Estado como uma relação de disputa, a influência de Gramsci e Williams em seus conceitos, a análise das políticas educacionais como políticas culturais, a postura do autor como pesquisador e sua ênfase na contra-hegemonia.

Os autores apresentam Michael Apple e como ele incorpora conceitos de Antonio Gramsci em sua análise das políticas educacionais, especialmente no que diz respeito à noção de hegemonia. Gramsci (1999) desenvolveu o conceito de hegemonia para descrever a dominação cultural exercida pelas classes dominantes sobre a sociedade, não apenas por meio da coerção, mas também pela produção e disseminação de ideologias que legitimam sua posição de poder (Gandin e Lima, 2016)

Gandin e Lima (2016) discutem que Apple utiliza essa perspectiva gramsciana para examinar as políticas educacionais como disputas por visões de mundo e como lutas pela consolidação de uma hegemonia que vai além do aspecto econômico. Ele enfatiza a importância de compreender como as ideologias dominantes são reproduzidas e contestadas no contexto educacional, destacando a relevância da cultura, da ideologia e do poder na formulação e implementação das políticas educacionais.

Ao incorporar os conceitos de hegemonia de Gramsci em sua análise, Michael Apple enriquece sua abordagem crítica das políticas educacionais, fornecendo insights valiosos

sobre as dinâmicas de poder, controle e resistência presentes nesse campo (Gandin e Lima, 2016).

Considerações Finais

O artigo revisou uma variedade de estudos sobre políticas educacionais na América Latina e no Brasil, selecionando-os com base na sua relação com o pensamento de Antonio Gramsci. Essas análises ressaltam a aplicabilidade das ideias de Gramsci para entender e criticar as políticas educacionais.

Observa-se frequentemente o uso das categorias gramscianas de Hegemonia, Política e Sociedade Civil, que ajudam a decifrar as dinâmicas de como as políticas educacionais se desenvolvem e se sustentam.

Conclui-se que a interação entre as políticas educacionais e o pensamento de Gramsci é crucial para entender como a educação pode servir como um veículo para a reprodução ideológica da classe dominante. A análise crítica, inspirada por Gramsci, ilumina como essas políticas são moldadas para alinhar-se aos interesses neoliberais. Além disso, o estudo sublinha a importância de uma perspectiva crítica e reflexiva sobre as políticas educacionais vigentes, considerando seus efeitos na formação da consciência coletiva e na configuração da estrutura social. Esses pontos ressaltam a necessidade de uma análise aprofundada das políticas educacionais sob a ótica gramsciana, visando compreender as dinâmicas de poder e ideologia presentes nesse contexto.

Referências

ARAÚJO, G. C. DE.; NASCIMENTO, R. P. DO. “Educação Já!” e a governança federativa: a nova investida do movimento Todos Pela Educação na definição do Sistema Nacional de Educação. *Educar em Revista*, v. 36, p. e77534, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.77534>

CASTRO, A. DE.; LOPES, R. E. A escola de tempo integral: desafios e possibilidades. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 19, n. 71, p. 259–282, abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362011000300003>

FLACH, S. de F. O pensamento de Antonio Gramsci e as pesquisas sobre políticas educacionais. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, [S. l.], v. 5, p. 1–18, 2020. DOI: 10.5212/retepe.v.5.15219.009.

GANDIN, L. A.; LIMA, I. G. de. A perspectiva de Michael Apple para os estudos das políticas educacionais. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 3, p. 651–664, jul. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201609143447>

GARRIDO, F. A. Z.. EL TRABAJO DOCENTE DURANTE LA DICTADURA CÍVICO-MILITAR EN CHILE (1973-1990): UNA MIRADA DESDE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONALES. **História da Educação**, v. 24, p. e92711, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/92711>

GRAMSCI, A. **Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado moderno**. Madrid: Ediciones Nueva Visión, 1980. 317 p.

GRAMSCI, A. **Antología**. Madrid: Ediciones Akal, 2013. 471 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MATOS, M. A. DE S.; SOUZA, M. F. N. de. A Constituição do estado na modernidade e as políticas educacionais de inclusão na Pan-Amazônia: Brasil, Colômbia e Peru. **Educar em Revista**, v. 39, p. e86569, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.86569>

MOTTA, V. C. da. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 6, n. 3, p. 549–572, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462008000300009>

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 4 ed. São Paulo-SP: Cortez editora. 2010.

OLIVEIRA, A. D.; FERREIRA, V. A.; SILVA, C. M. C. DE S. E. Implications of concomitance in technical education financed by Pronatec in the Mato Grosso do Sul state education network (2012-2015). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, n. 103, p. 406–425, abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-40362019002701715>.